

Apresentação

Antônio A. R. Ioris
Cardiff University, UK

Vitale Joaroni Neto
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

A Amazônia tem sido objeto de estudos, foco de atenção e suscitado debates internacionais envolvendo questões climáticas, sobre a preservação ambiental, acerca de suas reservas hídricas ou mesmo sobre o destino dos povos indígenas que nela vivem. O estado de Mato Grosso, nesse complexo cenário, tem papel de protagonista. Incluído naquilo que os governos militares denominaram Amazônia Legal, contém de fato parte da área de floresta densa e também grandes áreas de Cerrado e mata de transição. É nesse complexo conjunto de biomas que avançam desde o início dos anos 1970 as culturas da soja, milho e algodão e a criação do gado de corte. Essa transformação tem raízes nos antigos projetos de incorporação da Amazônia ao país. Durante séculos, esse imenso território foi considerado vazio, portador de grandes riquezas, envolto em mistérios. Nos anos 1950 com o avanço da Guerra Fria, foi visto como vulnerável à invasão comunista, em razão de sua extensa faixa de fronteira considerada inexplorada ao Norte e a Oeste. Isso justificou as ações de Integração Nacional que deram início ao que foi chamado de Modernização e Desenvolvimento da Amazônia após 1970. Foi na esteira dessas ações que envolveram a criação de agências governamentais, a destinação de recursos públicos e o forte estímulo ao investimento do capital privado, que a floresta começou a ser substituída por pastagens ou plantações em larga escala ao preço do avanço sobre áreas indígenas, do uso de grandes quantidades de agrotóxicos, da implantação de infraestrutura de transporte que impacta fortemente a floresta remanescente, da concentração de terras e do desenvolvimento daquilo que se hoje se chama agronegócio.

Antes de adentrarmos o argumento de cada artigo, é importante discutir, ainda que de modo breve, a longa trajetória histórica e geográfica do avanço do processo de desenvolvimento em Mato Grosso. O estado se formou como uma área de disputa entre dois projetos coloniais – Português e Espanhol – e como parte integral da exploração da região amazônica (incluindo desde as chamadas 'drogas do sertão' à coleta de borracha). Como já mencionado acima, e ainda mais relevante para a presente análise, desde a metade do último século houve a promoção de diversos planos governamentais e iniciativas privadas voltadas à partilha e ocupação de grande parte do Mato Grosso na forma de propriedades rurais. O estado foi convertido em uma das principais fronteiras agrícolas brasileiras, culminando desde o ano 2000 no principal produtor de diversas *commodities*, especialmente soja e carne. Com uma crescente integração aos mercados agrícolas mundiais, o agronegócio de Mato Grosso tem hoje projeção internacional e atrai interesse de corporações e investidores. Ao mesmo tempo, acumulam-se e ampliam-se os impactos sociais e ambientais, tanto no campo, quanto nas cidades, sem que se antevejam mecanismos de resposta que sejam democráticos e efetivos. O conjunto de artigos apresentados neste dossiê buscou justamente lidar com essa complexidade espacial e fluxo histórico, tendo como ponto de partida a necessidade de tratar de forma integrada e criativa de fenômenos gerais e específicos, assim como de associações dinâmicas

entre escalas, localidades e tempos. Como pano de fundo dessas questões, traremos a seguir um apanhado geral dos momentos mais representativos da história econômica e política de Mato Grosso e da constante relevância da fronteira, tida não como uma região ou fase temporal, mas como '*forma de propor uma investigação*' (Pacheco de Oliveira, 2016: 125).

A longa marcha de permanecer fronteira

A intensa atividade de tratores e caminhões nas grandes áreas de produção de culturas no estado de Mato Grosso, na região sul da Amazônia Oriental, tem sido considerada pelos setores econômicos e líderes políticos como evidência clara de progresso e consolidação do Brasil no contexto globalizado. Mato Grosso representa hoje um dos centros mundiais do agronegócio e atualmente é o campeão nacional da produção de soja, carne bovina, girassol, algodão e milho. Embora hoje a maior parte da economia nacional seja considerada ineficiente e mal preparada para lidar com as pressões da globalização, Mato Grosso é considerado uma ilha de produtividade, inovação e, basicamente, sucesso. A exportação agroindustrial de Mato Grosso responde por uma proporção cada vez maior do comércio exterior e agora é um dos pilares macroeconômicos do país. Essa transformação não aconteceu apenas horizontalmente, mas houve também uma importante intensificação da produção e aumento de produtividade. Em termos mais mundanos, a atividade agrícola é associada a sinais ostensivos de riqueza por parte dos produtores na forma, por exemplo, de carros e moradias de alto preço na capital, Cuiabá, e nas cidades médias do interior do estado. Tudo isso são marcas evidentes da crescente presença de uma '*sociedade do agronegócio*'. No entanto, além da linguagem fácil de modernidade econômica e sucesso comercial, a hegemonia do agronegócio em Mato Grosso é fundamentalmente produto de uma convergência favorável de bons preços no mercado internacional (na maioria dos anos), de políticas econômicas nacionais dependentes de exportações agrícolas (ao custo de reduzir o papel da indústria brasileira) e do comportamento oportunista e agressivo da elite fundiária estadual e de seus parceiros comerciais e políticos.

Em retrospecto, as portas do agronegócio no Mato Grosso foram abertas na década de 1970 com a promoção de uma nova fronteira econômica, acesso facilitado à terra e generoso apoio financeiro do governo federal de viés autoritário e desenvolvimentista. Algumas décadas depois, em um contexto de reformas liberalizantes, concentração fundiária e intensificação tecnológica, a atividade agroexportadora evoluiu de modo impressionante. A complexidade da agricultura atual no Mato Grosso também está associada ao funcionamento de megacorporações (denominadas em inglês como *transnational corporations* ou TNCs) responsáveis pela venda de insumos agrícolas, provisão de crédito e aquisição da produção. Porém, a hegemonia de um processo modernizador assentado em monoculturas de exportação e localizado em grandes propriedades rurais precisa ser devidamente escrutinado, particularmente quanto à manutenção de elementos do antigo passado colonial que se combinam de forma singular com a hipermodernidade do agronegócio (Ioris, 2017). Para se entender o presente é mister revisar o longo e persistente mecanismo de formação de fronteiras [*frontier-making*] que serve como um dos fatores que melhor definem a geografia e história de Mato Grosso.

A história deu uma nova virada após o golpe político de 1930 (chamado de '*Revolução de 1930*'), que depôs um presidente eleito e confirmou Getúlio Vargas como o novo líder nacional. Essa revolução é considerada um marco histórico na evolução do capitalismo nacional e da sociedade brasileira, uma vez que levou à aceleração da produção industrial, do

crescimento urbano e da integração entre regiões geográficas. Neste contexto, o presidente-ditador lançou a Marcha para o Oeste, como um conjunto de políticas estatais de ocupação e desenvolvimento econômico das áreas até então marginalizadas no Oeste e Norte do Brasil. O programa de desenvolvimento regional era permeado pela ideologia da integração nacional e a suposta necessidade de 'ocupar' os espaços considerados 'vazios' no mapa do país. Seguindo as diretrizes e o espírito da Marcha para o Oeste, o governo do estado de Mato Grosso passou a agressivamente vender terras para garantir receitas ao setor público e compensar o limitado apoio financeiro proporcionado pelas autoridades federais. Apesar de muitos problemas e do alto nível de irregularidades, esse processo de titulação de terras desempenhou um papel importante no estabelecimento de um regime privado de direitos de propriedade em Mato Grosso (diferente da maior parte da Região Amazônica), o que mais tarde ajudou a introduzir cooperativas e projetos de colonização privada (Mueller, 2012). Na década de 1950, o governo estadual transferiu mais de quatro milhões de hectares a empresas privadas para fins de colonização, embora alguns não tenham sido implementados até a década de 1970, já que os proprietários decidiram especular com o aumento do valor da terra. A transferência de terras sem título para empresas e fazendeiros pioneiros vindos de outras partes do Brasil assumiu proporções épicas não apenas por causa da vastidão do território, mas também pelo nível de corrupção e violência envolvida. De acordo com a mentalidade prevalecente neste período, as políticas oficiais definiram estas como 'terra de ninguém', um território vazio à espera de ser explorado. O principal resultado foi que a terra coletiva, tipicamente usada e mantida por famílias de camponeses pobres, comunidades extrativistas ou grupos indígenas foi submetida à comercialização em nome da colonização e do desenvolvimento. Os títulos de terras eram tipicamente emitidos por agências públicas sem visita à área (embora este fosse um requisito legal) e substanciados por mera avaliação burocrática baseada em referências geográficas incertas e limites de propriedade pouco claros. A corrupção e a incompetência das agências responsáveis foram ampliadas pelo uso generalizado da violência para remover índios e posseiros das terras que tradicionalmente ocupavam.

A fase inicial de colonização, até a década de 1960, aumentou pouco a produção agroalimentar e a atividade econômica no estado, mas foi fundamental para abrir caminho para a introdução do agronegócio nas décadas seguintes. Em vez de alavancar o desenvolvimento, a fronteira econômica de Mato Grosso entre as décadas de 1960 e 1980 foi basicamente especulativa e tinha como principal propósito mitigar a falta de terras e oportunidades em outras regiões do país. Com a crise do Estado nacional a partir de 1980, houve sérias dúvidas sobre a resiliência da fronteira agrícola na Amazônia sem apoio estatal na forma de incentivos e subsídios. Considerando a exaustão gradual do modelo de fabricação de fronteiras introduzido na década de 1970, altamente dependente dos fundos estaduais e da intervenção estatal direta na produção agrícola, alguns viram o declínio geral da fronteira e até o recuo do capitalismo na Amazônia (e.g. Cleary, 1993). No entanto, para surpresa de muitos, após uma fase de grande turbulência, a fronteira agrícola voltou a florescer em um contexto de bons preços internacionais, novas tecnologias, concentração da terra e liberalização das políticas macroeconômicas (concentradas na estabilidade monetária, comércio global, especulação financeira e desindustrialização).

Com o fim da ditadura militar (1964-1985), o país iniciou uma transição lenta e superficial para um regime democrático e para uma maior ênfase em transações de mercado (mesmo que a dependência de fundos públicos e contratos com o Estado nacional continuasse fundamental). Nesse contexto, a agricultura praticada em Mato Grosso passou a desempenhar um papel importante na estabilidade econômica do país, em particular para atender à

necessidade estrutural de dólares obtidos de exportações (para compensar a importação maciça de bens e serviços). Devido à crescente demanda por soja pela China e outros países asiáticos, o setor do agronegócio em Mato Grosso estabeleceu fortes laços comerciais e tornou-se importante provedor a esses países. Altos custos de transporte até os portos marítimos não impediram a crescente atividade exportadora. Além disso, desde 2014, os portos fluviais na Amazônia tornaram-se uma alternativa viável para uma exportação de soja proveniente de Mato Grosso e outros estados brasileiros. O setor compensa as despesas com transporte e insumos importados (e.g. agroquímicos) pelo uso cada vez menor de mão de obra. Houve uma redução progressiva das pessoas envolvidas devido ao crescente número de máquinas, o que faz possível cultivar grandes extensões de terra com um número reduzido de trabalhadores permanentes e temporários. Gastos com a força de trabalho representam cerca de 2,6% dos custos de produção de soja convencional ou transgênica, enquanto que os fertilizantes e agroquímicos – especialmente vendidos por empresas transnacionais – representam 55% dos custos totais. Trata-se, obviamente, da extração de mais-valia que serve para mitigar a crescente composição orgânica do capital.

Em consequência da inserção importante nos mercados internacionais e da prevalência de um padrão produtivo baseado em tecnologias consideradas modernas, a atividade agrícola em Mato Grosso é componente importante da atual 'Amazônia corporativa', sob a influência decisiva de investidores estrangeiros, bancos privados e corporações transnacionais (não só os grandes nomes, Cargill, Bunge, ADM e Dreyfus, mas as novas transnacionais brasileiras, como Amaggi, BRF, Marfrig e JBS). Apesar da importante imagem de sucesso associada à intensa produção e exportação, a materialidade da fronteira agrícola continua a ser sentida e manifestada sob a forma de seletiva abundância e ampla escassez. Por exemplo, o aumento dos preços da terra limitou a possibilidade de pequenos e médios agricultores comprarem terra, o que estimula novas ondas de migração, desmatamento e degradação ambiental. A produção, cada vez mais concentrada nas mãos dos grandes proprietários, também é facilitada pela homogeneização biológica (devido ao uso quase exclusivo de soja geneticamente modificada) e pelo pacote tecnológico dominante. Há uma constante afirmação da primazia do agronegócio e sistemática supressão de divergências políticas entre os agricultores. As associações representativas (por exemplo, FAMATO e APROSOJA) tem uma organização altamente centralizada e são controladas pelos mesmos políticos que comandam o aparelho governamental do estado de Mato Grosso.

Considerando a trajetória da fronteira agrícola de Mato Grosso, de uma fase desenvolvimentista para um período mais recente dominado por uma ideologia liberalizante e forte influência dos mercados internacionais, podemos concluir que a promessa de abundâncias foi sistematicamente frustrada, tanto para aqueles que continuam a chegar na região, quanto para os que há mais tempo tomaram parte no processo de desenvolvimento regional. A fabricação de fronteiras continua a servir os interesses da elite de Mato Grosso (ela própria sendo produto da fabricação de fronteiras ao longo de vários séculos) e as demandas hegemônicas dos principais centros políticos e econômicos do país. Assim como no passado houve uma disputa por novas colônias para o fornecimento de alimentos e matérias-primas para as metrópoles europeias, na economia contemporânea há um interesse crescente por investimentos e especulação em propriedades rurais e mercadorias agrícolas. A produção da fronteira econômica e política de Mato Grosso nunca se encerrou e a condição de pós-fronteira nunca é concretamente alcançada, principalmente porque a fronteira é estimulada pela necessidade de compensar as tensões socioeconômicas situadas no centro e na periferia da economia nacional. É mesmo possível prever que, como diamantes, borracha e gado no

passado, a economia de Mato Grosso baseada na soja enfrentará conflitos crescentes associados a exclusão social e concentração fundiária (provavelmente agravados pela grave degradação ecológica local e pelo aquecimento global).

Além disso, a sociedade nacional, profundamente caracterizada pela desigualdade e a distância abjeta entre pobres e ricos, entre diferentes regiões e grupos sociais, continua a cultivar e depender do anúncio recorrente e da instrumentalização da criação de fronteiras. De acordo com a promessa entrelaçada de abundâncias, embora com uma entrega mais comum de novas escassezes, as fronteiras econômicas ajudam a mitigar e adiar o agravamento das contradições da evolução do capitalismo. Fronteiras são áreas onde a mercantilização é rapidamente introduzida e acelera rapidamente, o que significa que a produção e a reprodução são cada vez mais obtidas a partir de transações de mercado. A modernidade brasileira continua a exigir a construção perene de novas fronteiras, não só como uma necessidade econômica e geopolítica, mas como um mecanismo de diluição de tensões. A criação de fronteiras não é uma nota secundária na história do colonialismo, do imperialismo, da acumulação primitiva ou da conquista territorial, mas permanece como uma categoria integral de relações capitalistas. A fabricação contemporânea de fronteiras é um processo (ideológica e socialmente construído) que ajuda a minimizar conflitos e disputas. Novas fronteiras são sempre necessárias para abrir novos circuitos de circulação de capital e também para amortecer as tensões político-econômicas e sócio ecológicas nos centros econômicos. É esse, em síntese, o eixo de discussão desse dossiê.

Os seis artigos aqui apresentados, se propõe a analisar as transformações dessa fronteira agrícola, as reconstruções desse território, o histórico dessas ações de Integração Nacional, seus reflexos sobre o Araguaia, região que sofreu fortes impactos sociais com a entrada do capital, juntamente com uma análise sobre a modernização em Lucas do Rio Verde, parte de uma região considerada hoje entre as mais ricas do Brasil, mas que apresenta altos índices de concentração dessa riqueza. O artigo de Antônio A. R. Ioris discute a fronteira sob a ótica da transformação nela produzida pela modernização, apontando para os conflitos existentes entre as áreas de ocupação tradicional e as novas áreas, ocupadas pelo modelo autodenominado agronegócio. Sua análise propõe um olhar ontológico para a fronteira amazônica e para as dinâmicas de transformação espacial. O artigo de Vitale Joanoni Neto e Regina Beatriz Guimarães Neto discute essa fronteira em uma perspectiva histórica, analisando as políticas públicas implementadas pelos governos civis-militares para a Amazônia Legal argumentando a necessidade da integração nacional e culminando por pautar a forma de reocupação desse espaço com um modelo de modernização. Os impactos do avanço da soja e de outras *commodities* sobre áreas de ocupação de pequenos produtores rurais que viviam da produção para o autoconsumo de alimentos básicos como o feijão e o arroz foi estudado pelos pesquisadores João Carlos Barrozo e Juliana Cristina da Rosa. Esse artigo demonstra como o avanço da produção em larga escala interfere nos modos de vida locais. Dirigindo seu olhar para mais próximo, no Araguaia mato-grossense, vemos Armando Wilson Tafner Júnior e Fábio Carlos da Silva analisando como os investimentos estatais foram direcionados para o grande empresário em detrimento dos pequenos produtores rurais, estimulando mesmo a formação de latifúndios que a pretexto de modernizarem a Amazônia, reproduziram formas de concentração de renda. Os conflitos gerados a partir desse quadro excludente foram estudados por Luciene Aparecida Castravechi, que traz em seu artigo uma análise dos acontecimentos registrados em Porto Alegre do Norte, município localizado no Nordeste de Mato Grosso. Esses relatos nos permitem perceber como o encontro desses diferentes modelos de reocupação produz violências como a desocupação forçada das terras, ameaças, podendo chegar ao

assassinato. Fernanda Celina Nicoli da Silva e Edison Antônio de Souza analisaram os impactos do avanço desse modelo agrícola no município de Lucas do Rio Verde, no eixo central do agronegócio mato-grossense. Novamente a análise se volta para os custos sociais da implantação de grandes propriedades de soja e milho, resultando na expropriação dos pequenos agricultores e na concentração de terra e renda. Essas análises aqui apresentadas, todas resultantes de pesquisas no estado de Mato Grosso, querem problematizar o discurso de desenvolvimento trazido pelo agronegócio, expondo outros lados dessa questão.

A criação de fronteiras é uma metáfora das incertezas criadas pelo capitalismo e sua constante necessidade de fornecer (normalização circunstancial, pelo menos) nas áreas principais, deslocando tensões para novos espaços que precisam ser criados, apenas para esses novos espaços a serem incorporados de alguma forma e inseridos no mecanismo integral de acumulação e exploração sócio ecológica. Conseqüentemente, a análise da produção de fronteiras econômicas precisa fundamentalmente explicar como o trabalho e o capital são organizados espacialmente em função de migração interna, da proletarização 'espontânea', do trabalho familiar ou mesmo de trabalho forçado, assim como de múltiplas formas de mercantilização e acumulação de terras. Por um lado, há um alto custo de entrada para a fronteira: o indivíduo e sua família não só têm que mover para a fronteira e se envolver nas circunstâncias e relações concretas, mas também têm que aceitar e tomar parte na produção de novos valores, moralidades e identidades. Por outro lado, existe o que pode ser chamado fenomenologicamente como o 'momento de compromisso', quando a fronteira não funciona mais como fronteira, devido a uma decisão pessoal de aceitar uma permanência mais longa na região, resultando na diminuição do ímpeto de avançar e na aceitação das novas circunstâncias. Quando aqueles que migraram ficarem satisfeitos com os processos e o metabolismo local, a fronteira começará a desaparecer e eventualmente desaparecerá como tal.

Referências

- Cleary, D. (1993) 'After the Frontier: Problems with Political Economy in the Modern Brazilian Amazon'. *Journal of Latin American Studies* 25(2): 331-349.
- Ioris, A. A. R. (2017) *Agribusiness and the Neoliberal Food System in Brazil: Frontiers and Fissures of Agro-neoliberalism*. London: Routledge.
- Mueller, C. C. (2012) 'Regional Development and Agricultural Expansion in Brazil's Legal Amazon: The Case of the Mato Grosso Frontier', in W. Baer (ed.) *The Regional Impact of National Policies: The Case of Brazil*. Cheltenham: Edward Elgar, 184-203.
- Pacheco de Oliveira, J. (2016) *O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Contra Capa.